

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.665 - DF (2018/0228274-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **BONASA ALIMENTOS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOEL LUIS THOMAZ BASTOS E OUTRO(S) - SP122443**
IVO WAISBERG - SP146176
LUIZ JOSÉ MARTINS SERVANTES - SP242217
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704
DANIELA ALVES DA CUNHA - SP396336
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS,**
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS
EMPRESARIAIS DO DISTRITO FEDERAL - DF
SUSCITADO : **JUÍZO DA 1A VARA CÍVEL DE TOCANTINÓPOLIS - TO**
INTERES. : **MATOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA**
ADVOGADOS : **PAULO TADEU HAENDCHEN - MS002926B**
WELLINGTON JOSÉ AGOSTINHO - MS016120A
INTERES. : **RAIMUNDO MAIOR DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **WAISLAN KENNEDY SOUZA DE OLIVEIRA - TO004740**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES PROFERIDAS POR JUÍZOS DIVERSOS. CONFLITO NÃO CONHECIDO, COM REVOGAÇÃO DA LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Bonasa Alimentos S.A. - em recuperação Judicial - suscita o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal/DF e o Juízo da 1ª Vara Cível de Tocantinópolis/TO.

Alega a suscitante que ingressou com pedido de recuperação judicial n. 0713131-57.2018.8.07.0015, nos termos dos arts. 47 e seguintes da Lei n. 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal/DF, por decisão datada de 23/5/2018.

Sustenta, ademais, que figura como ré nas Ações de Execução de Título Extrajudicial de n. 0002140-15.2017.827.2740 e de n. 0001289-39.2018.827.2740, movidas por Matosul Agroindustrial Ltda. e Raimundo Maior de Oliveira,

respectivamente, ambas em tramitação no Juízo da 1ª Vara Cível de Tocantinópolis/TO, as quais culminaram com o bloqueio de valores da empresa por meio do sistema Bacenjud, no montante de R\$ 1.565.592,66 (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos).

Segundo aduz, "o Juízo competente para deliberar acerca do patrimônio das empresas em recuperação judicial é, única e exclusivamente, o juízo onde se processa a recuperação judicial, mesmo em se tratando de créditos extraconcorsais" (e-STJ, fl. 9).

Para justificar o presente conflito, a suscitante enfatiza que a situação descrita trata "de relevante soma de dinheiro que afeta sobremaneira o curso da recuperação judicial da Suscitante" (e-STJ, fl. 7).

Por esses motivos, pede, em caráter liminar, a imediata suspensão das decisões proferidas pelo Juízo onde se processam as execuções mencionadas, com a consequente liberação dos valores bloqueados, bem como seja designado o Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal/DF para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Ao final, pleiteia a confirmação da medida liminar, com a declaração da competência do Juízo universal para decidir sobre quaisquer questões que se relacionem ao patrimônio da Suscitante.

Tendo em vista que a decisão do Juízo trabalhista acostada aos autos referia-se tão somente ao processo de n. 0004096-03.2016.827.2740, o qual nem sequer tinha sido apontado na petição inaugural do respectivo incidente, foi intimada a empresa recuperanda para demonstrar haver decisões daquele Juízo em conflito com o Juízo universal (e-STJ, fls. 150-151).

Em resposta (e-STJ, fls. 153-170), requereu a postulante: "(i) a retificação do número do processo n. 0002140-15.2017.8.24.2740/TO para que passe a constar o n. 0004096.03.2016.8.27.2740, visto que foram nestes autos que ocorreram as medidas constritivas nos autos da ação de execução de título extrajudicial n. 0001289-39.2018.8.27.2740, que demonstra a determinação de medida constritiva em face do patrimônio da suscitante que resultou no bloqueio de valores através do sistema

Bacenjud".

Às fls. 180-184 (e-STJ), foi deferida a medida liminar para "determinar a imediata suspensão dos atos executórios promovidos pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Tocantinópolis/TO, no bojo dos Embargos à execução de n. 0004096.03.2016.8.27.2740, ficando designado o Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal/DF, onde se processa a recuperação judicial da suscitante, para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes".

Foram prestadas informações pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Tocantinópolis/TO (e-STJ, fl. 196), o qual assentou que "o bloqueio de ativos financeiros através do BacenJud realizado no processo de execução nº 0004096-03.2016.827.2740 ocorreu em diversas oportunidades: 27/09/2017 (evento 38), 19/10/2017 (evento 43) e 30/04/2018 (evento 67), sem ter havido nenhum levantamento de valores", sendo que o pedido de recuperação judicial só foi deferido posteriormente, em 23/5/2018.

Consignou, ainda, aquele juízo que o processo encontra-se sobrestado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do presente conflito e declaração da competência do Juízo universal (e-STJ, fls. 253-258).

Brevemente relatado, decido.

Conforme informação prestada à fl. 196 (e-STJ), constata-se que o Juízo da 1ª Vara Cível de Tocantinópolis/TO, nos autos da Execução de n. 0004096-03.2016.827.2740, determinou a realização de constrições sobre montante encontrado na conta bancária de titularidade da sociedade recuperanda em datas pretéritas ao deferimento do pedido de recuperação judicial, além de não se ter procedido ao levantamento de quantia alguma e encontrando-se atualmente sobrestado o feito.

Delineado tal arcabouço fático, verifica-se a inexistência de decisões conflitantes proferida por Juízos diversos a justificar a subsistência deste incidente.

Ante o exposto, não conheço do conflito, revogando a liminar concedida.

Em decorrência da inadmissibilidade do presente conflito, fica prejudicado

o julgamento dos embargos de declaração opostos por Matosul Agroindustrial Ltda., acostado às fls. 201-209 (e-STJ).

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

